

**Ata da 25ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima, ocorrida em 11/10/2005, às 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia, Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos 2º Andar**

**Participantes:**

1. Luiz Antonio Barreto de Castro - Ministério da Ciência e Tecnologia
2. José Domingos Gonzalez Miguez - Secretário Executivo
3. Newton Paciornik - Ministério da Ciência e Tecnologia
4. Ruy de Góes L. Barros - Ministério do Meio Ambiente
5. Laura Porto - Ministério de Minas e Energia
6. Lindemberg Lima Bezerra - Ministério da Fazenda
7. Guido Gelli - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
8. Marcos Otávio Bezerra Prates - Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior
9. João Antônio F. Salomão - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
10. Márcio Tadeu Prestes - Ministério dos Transportes
11. Marco Túlio Cabral - Ministério das Relações Exteriores

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro iniciou os trabalhos da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima dando boas vindas a todos os representantes dos Ministérios.

Antes de iniciar a discussão dos pontos incluídos na agenda informou que, por solicitação do Ministro Sérgio Rezende, estava iniciando um processo para viabilizar ações transversais dentro dos Fundos Setoriais para a área de mudanças globais de clima.

Informou que foram preparadas duas propostas de ações transversais visando à viabilização já para o ano de 2006 de linhas específicas de financiamento para a área de mudanças globais de clima. Destacou que as propostas preparadas serão distribuídas para comentários que deveriam ser encaminhados, preferencialmente, até o dia 14 de outubro, uma vez que a reunião que deliberaria sobre este assunto seria realizada no dia 19 de outubro com os coordenadores dos fundos setoriais, o Ministro Sérgio Rezende e o Secretário Executivo.

O Dr. Marcos Otávio Bezerra Prates, representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior avaliou como positiva a iniciativa do MCT e informou que outra iniciativa já em processo de implementação pelo MDIC é a elaboração em parceria com a FGV de um relatório sobre MDL que aponte a necessidade de linhas de financiamento de projetos no Brasil.

O Secretário Executivo informou que foi publicado pelo Banco Central do Brasil, no dia 8 de setembro, a circular 3291/2005, que cria um código dentro do regulamento do mercado de câmbio e capitais que viabiliza a internalização dos recursos externos oriundos das atividades de MDL no país.

O Dr. Lindemberg de Lima Bezerra, representante do Ministério da Fazenda, complementou informando que existe também a resolução 3265/2005, que trata de alterações nos procedimentos adotados por Bancos no caso de dúvidas. Destacou que com a nova resolução o processo se tornará mais célere e eficiente.

O Secretário Marco Túlio Cabral, do Ministério das Relações Exteriores, informou que o Presidente da República fará em 13 de outubro uma viagem a Portugal, quando deve ser assinado um memorando de entendimento entre Brasil e Portugal para cooperação na área do mecanismo de desenvolvimento limpo. Trata-se de um gesto de cunho político que visa facilitar o intercâmbio entre os dois países nesta área. Também informou que será realizada no dia 17 de outubro a primeira reunião preparatória para a COP 11 / MOP 1.

O representante do Ministério da Fazenda anunciou também que se reunirá com representantes do Banco Mundial no dia 17 de outubro para discutir como o Banco poderia cooperar com o Brasil para o financiamento de projetos de energia renovável. Informou que outras reuniões bilaterais com os demais ministérios devem ser agendadas. Destacou que este trabalho surgiu de uma iniciativa do G8 + 5 e será também realizado na China, na Índia e no México.

A Dra. Laura Porto, representante do Ministério das Minas e Energia informou que o Dr. Marcio Zimmermann foi nomeado como membro titular da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, entretanto, não pôde comparecer a esta reunião. Solicitou também que sejam enviadas as propostas de ações transversais em meio eletrônico a fim de facilitar a elaboração de sugestões.

## **1. Aprovação da Ata da 24ª reunião da Comissão Interministerial.**

A minuta de Ata da 24ª Reunião foi encaminhada aos membros da Comissão com antecedência. O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro apontou uma pequena correção na página 7 e questionou aos demais membros da Comissão se teriam alguma outra observação a fazer.

Sem outras considerações a 24ª Ata da Reunião foi considerada aprovada.

## **2. Projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.**

### **➤ Projetos em fase de revisão**

O Secretário Executivo da Comissão avaliou como positiva a reação dos proponentes de projetos às solicitações feitas pela Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima. Dos sete projetos em revisão, apenas o Projeto IRANI para Geração de Eletricidade a partir de Biomassa não havia respondido ao ofício encaminhado pela Comissão.

A Comissão Interministerial, avaliando as informações adicionais enviadas pelos Projetos em resposta aos ofícios e os pareceres da Secretaria Executiva, deliberou como descrito a seguir:

- Projeto Cosipar de Energia Renovável  
O projeto foi aprovado com as ressalvas:
  - Revisão do Anexo III apresentado, corrigindo o parágrafo IV do item (a) Contribuição para a sustentabilidade local, onde é observado que o excedente da produção de energia elétrica será comercializado para o sistema elétrico nacional. Esta afirmação conflita com as afirmações constantes do DCP (sessão A.4.2) e no próprio Anexo III de que a energia gerada não será

exportada para a rede, pois o projeto não irá gerar excedentes e sim reduzir a demanda de energia.

- Esclarecimento e correção das divergências quanto ao consumo de água no processo constantes do DCP. Em resposta ao Ofício nº MDL 033/2005/SEPED/CGMGC, foi informado que a caldeira utiliza 35 toneladas/hora de água com perdas equivalentes a 1,3 m3/hora. Entretanto, na sessão A.4.2 do DCP consta que “A caldeira usada pela Cosipar consome aproximadamente 45 m3/hora de água que produz aproximadamente 2,5 m3 de efluentes líquidos industriais...” (pág. 6). Na mesma sessão do DCP, consta também a informação de que o projeto utilizará a “Caldeira – Acqua Tubular Equipalcool, modelo 35-V-2-S com consumo médio de água de 25 m3/hora e, desse total, de 1,2 a 2 m3/hora seriam destilados no evaporador (...)” (pág. 7).

- Projeto de Gás de Aterro Sanitário Anaconda

O projeto foi aprovado.

- Projeto de Geração de Eletricidade a partir de Biomassa em Inácio Martins

A Comissão deliberou por manter o projeto em revisão solicitando aos proponentes:

- Apresentação, como solicitado no artigo 3º § IV da Resolução 01 de 11 de setembro de 2003 da Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima, de declaração assinada por todos os participantes do projeto, constando o nome do mesmo e estabelecendo o responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima. Esclarecer o motivo pelo qual não foi apresentada uma declaração da empresa Propower Energy S.A que participa do projeto na qualidade de *joint venture* com a empresa Winimport S.A.
- Apresentação do Relatório de Validação Final (versão para português) conforme ao Validation Report a ser enviado ao Conselho Executivo do MDL para registro. O documento em português, submetido à Comissão, tem caráter preliminar e várias incorreções de tradução.

- Projeto de Geração de Eletricidade a partir de Biomassa em Imbituva

A Comissão deliberou manter o projeto em revisão solicitando aos proponentes:

- Apresentação, como solicitado no artigo 3º § IV da Resolução nº 01 de 11 de setembro de 2003 da Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima, de declaração assinada por todos os participantes do projeto, constando o nome do mesmo e estabelecendo o responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima. Esclarecer o motivo pelo qual não foi apresentada

uma declaração da empresa Propower Energy S.A que participa do projeto na qualidade de *joint venture* com a empresa Winimport S.A.

- Apresentação de versões conformes (inglês/português) do Relatório de Validação Final a ser enviado ao Conselho Executivo do MDL para registro. O documento em inglês, submetido à Comissão, apresenta no seu índice, indicações de que se trata de um documento preliminar. A versão em português apresenta erros de tradução, em particular o valor da margem combinada. No DCP e na versão em inglês do Relatório de Validação o valor da margem combinada é de 0,521 tCO<sub>2</sub>e/MWh enquanto na versão em português o valor apresentado é de 0,0521 tCO<sub>2</sub>e/MWh.

○ Projeto BK Energia Itacoatiara (Precious Wood Energia)

O projeto foi aprovado com as ressalvas:

- Revisão do Passo 3 da ferramenta de adicionalidade, considerando que o empreendimento teve reconhecido o seu enquadramento na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC por meio da Resolução ANEEL nº 326, de 18 de junho de 2002. A sub-rogação da CCC é um incentivo dado pelo Governo Federal para a implantação de empreendimentos de fontes alternativas em sistemas isolados. Do valor total do investimento (R\$ 22 milhões), foram sub-rogados 75%. Entende-se que este benefício foi importante para a definição da implantação do projeto e que não deveria ter sido omitido na elaboração do DCP. No passo 3 da ferramenta de adicionalidade, onde as barreiras ao desenvolvimento do projeto são descritas, uma longa e detalhada explicação sobre a estrutura e características do setor elétrico brasileiro é dada. Essa explicação, no entanto, omite a CCC pela qual projetos dessa natureza são beneficiados. Solicita-se que a sub-rogação da CCC seja citada nesse item de forma que a sua contribuição para a atividade de projeto seja registrada.
- Reapresentação do Relatório de Validação em português, conforme à versão em inglês, já que a versão apresentada contém inúmeras incorreções que dificultam o seu entendimento e deturpam o seu sentido.

○ Projeto Pesqueiro Energia – Projeto de Pequena Central Hidrelétrica

A Comissão deliberou manter o projeto em revisão solicitando aos proponentes:

- Correção ou justificativa do valor considerado para o fator de emissão da margem combinada utilizado para estimar as emissões evitadas pelo projeto. Em Ofício anterior (Ofício nº MDL 042/2005/CIMGC), foi solicitada a apresentação detalhada do cálculo do fator de emissão da margem combinada utilizado para estimar as emissões evitadas pelo projeto. Em resposta a esse Ofício a Ecoinvest apresentou uma planilha eletrônica de cálculo do fator de emissão da margem combinada. O fator de emissão para a margem combinada apresentado para o Projeto Pesqueiro (0,5364 tCO<sub>2</sub>/MWh) é consideravelmente superior ao apresentado por outros projetos que

igualmente fornecem energia para a rede Sul-Sudeste. Solicita-se aos proponentes do projeto que revejam o cálculo do fator de emissão da margem combinada ou justifiquem a utilização deste valor tão superior a outros já apresentados.

- Reapresentação do Relatório de Validação em português, conforme à versão em inglês, excluindo as citações que caracterizam o documento como preliminar.

➤ Projetos submetidos para análise nesta reunião

A representante do MME destacou que o prazo para análise dos projetos tem sido extremamente exíguo, assim, argumentava que a sua equipe tem tido dificuldade para analisar de forma adequada o atual volume de projetos.

O Secretário Executivo informou que, como mencionado em reuniões anteriores, o trabalho da Comissão Interministerial tenderia a se intensificar até o final do ano, quando termina o prazo para submissão de projetos que pretendem obter Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) retroativas.

O Secretário Executivo também destacou que a decisão do Conselho Executivo do MDL em substituir a metodologia AM0015 por outra consolidada foi outro fator que contribuiu para o aumento no fluxo de projetos para a Comissão. Informou que nove novos projetos que utilizam esta metodologia foram submetidos para análise. Destacou que todos os projetos que utilizem esta metodologia devem ser submetidos, necessariamente até o final do ano.

○ Projeto de Redução de Emissões de N<sub>2</sub>O em Paulínia

O Secretário Executivo observou que se tratava do maior projeto MDL do Brasil.

A Comissão deliberou pela aprovação do projeto.

○ Projeto São João de Gás de Aterro e Geração de Energia no Brasil

O projeto foi aprovado com a ressalva:

- Apresentação de Licença Ambiental válida. A licença apresentada está expirada.

○ Projeto BT Geradora de Energia Elétrica S.A. – Pequena Hidrelétrica Ferradura Erval Seco-RS

A Comissão deliberou pela revisão do projeto pelos proponentes de forma a atender as observações a seguir:

- Reapresentação do Anexo III da Resolução nº 1 descrevendo se e como o projeto BT Geradora de Energia Elétrica S.A. Pequena Hidrelétrica Ferradura Erval Seco-RS, Brasil contribuirá para o desenvolvimento sustentável, de forma mais clara e objetiva. Devem ser identificadas e enfatizadas as

contribuições que podem ser de fato atribuídas à implantação da atividade de projeto adicionalmente a outras atividades das empresas proponentes do projeto.

- Esclarecimento do termo “compensação ambiental” utilizado no Anexo III, itens a) e b). O termo “compensação ambiental” não foi utilizado em conformidade com a Lei nº 9985/2000 e com o Decreto nº 4340/2002
  - Verificação dos valores médios anuais estimados de redução, diferentes no DCP (24.129 tCO<sub>2</sub>) e no Relatório de Validação (23.286 t CO<sub>2</sub>).
  - Apresentação detalhada do cálculo do fator de emissão da margem combinada. É necessário apresentar os dados utilizados de forma transparente numa tabela com informações desagregadas, de forma a justificar o fator de margem combinada de 0,5211 tCO<sub>2</sub>e/MWh.
  - Revisão da tradução do Documento de Concepção de Projeto em português. O texto deve ser apresentado conforme a versão em inglês. O documento apresentado contém falhas na tradução que podem dificultar a leitura, além de trechos não traduzidos.
- Projeto Usina Verde: Incineração de resíduos sólidos urbanos, com carga de composição similar ao RDF, evitado emissão de metano e promovendo geração de eletricidade para autoconsumo

O Secretário Executivo informou se tratar de um projeto piloto que tem como objetivo principal implementar em escala piloto uma nova tecnologia de disposição de resíduos sólidos urbanos. O projeto terá vida útil de apenas seis meses e servirá como demonstrativo da viabilidade desta tecnologia para fins do Protocolo de Quioto.

A Dra. Laura Porto, representante do MME, destacou que possui algumas ressalvas quanto a este projeto, principalmente, no que se refere à redação do Anexo III e a seção A.4.5. e que o projeto poderia se tratar de um desmembramento de um projeto maior.

- Projeto de Cogeração com Bagaço Vale do Rosário

O projeto foi aprovado com as ressalvas:

- Apresentação da Licença de Operação (LO) atualizada ou solicitação de LO para os novos equipamentos, contemplando a capacidade total de 101 MW. A LO a título precário nº4000281 corresponde à capacidade de 93 MW e a Solicitação de LO anexada pelos proponentes não esclarece se contempla a expansão até o total de 101 MW.
- Retificação das incorreções apresentadas na página 19 do Documento de Concepção do Projeto (DCP-MDL) (“... somente 572 MW de projetos de cogeração com biomassa foram licenciados e selecionados pelo PROINFA, ainda que o total esperado a ser contratado pela Eletrobrás fosse 1.100 MW na primeira chamada para expressão de interesse para projetos de cogeração com biomassa. Isso claramente mostra que o valor econômico proposto pelo PROINFA para a biomassa não é suficiente para fomentar tais projetos. A conclusão sobre o PROINFA é que é ainda incerto se o programa

*será capaz ou não, e até que ponto, de beneficiar a geração de energia renovável de pequenos empreendimentos.”).*

- Projeto de Cogeração com Bagaço Moema

O projeto foi aprovado com a ressalva:

- Esclarecer divergência quanto ao número de turbo geradores instalados no empreendimento. No Anexo III consta a informação de que foram instalados dois turbo-geradores de 12 MW, enquanto a Tabela 1 do DCP (Atualização dos equipamentos de cogeração) inclui apenas um turbo-gerador de 12 MW.

- Projeto de Cogeração com Bagaço Equipav

O projeto foi aprovado com as ressalvas:

- Apresentação dos dados sobre previsão da produção e comercialização de energia utilizados nos cálculos referidos no item E.6 do DCP, página 29. Tais dados são necessários para correta verificação e claro entendimento dos resultados apresentados na tabela de estimativas de redução de emissões.
- Apresentação do pedido de renovação da Licença de Operação, uma vez que a apresentada (LO N°. 13000243) refere-se a um período provisório, com validade de 180 dias. Observa-se que o órgão ambiental exige que seja requerida renovação da licença ambiental com antecedência mínima de três meses da expiração da validade da licença anterior. Atualização das informações constantes no item F1 do Documento de Concepção do Projeto (DCP) e do Project Design Document (PDD) sobre a situação do licenciamento ambiental.
- Retificação das incorreções apresentadas na página 16 do DCP e no PDD (*“somente 572 MW de projetos de cogeração de biomassa foram licenciados e selecionados pelo PROINFA, apesar da quantia esperada para ser contratada pela Eletrobrás ter sido de 1.100 MW. Isso claramente mostra que o valor econômico proposto pelo PROINFA para biomassa não é suficiente para que o projeto seja encorajado. A conclusão sobre o PROINFA é que ainda está incerto, se e quanto irá beneficiar a pequena produção de energia renovável.”*).

- Projeto de Cogeração com Bagaço Nova América

A Comissão deliberou pela aprovação do projeto.

- Projeto de Cogeração com Bagaço Cerradinho

A Comissão deliberou pela revisão do projeto pelos proponentes de forma a atender as observações a seguir:

- Esclarecimento em relação à informação contida do DCP de que a Usina Cerradinho Açúcar e Álcool S/A não participa do PROINFA e sofreu restrições econômicas para sua implementação. De fato a Usina Cerradinho Açúcar e Álcool S/A assinou contrato com a Eletrobrás (CCVE 006/2004, de 28.03.2005) para fornecimento de 50 MW de energia no PROINFA. Indicar, claramente, se a potência contratada no PROINFA (50MW) faz parte do montante (59MW) preconizado no Projeto, ou se é outra expansão da usina, não inclusa na atividade de projeto proposta no DCP. Explicar, também, o impacto desta informação sobre a análise de barreiras e adicionalidade do projeto.
- Apresentação de nova licença ambiental, ou solicitação de renovação uma vez que a apresentada (LO N°. 14001486) expirará em 17/12/2005. Vale destacar que o órgão ambiental exige que seja requerida renovação da licença ambiental com antecedência mínima de três meses da expiração da validade da licença anterior.
- Apresentação de nova versão do DCP com a mesma data de início da atividade do projeto do que a versão em inglês, o PDD, uma vez que no item C.1.1 do DCP consta a data de 06/05/2002 e no PDD, 01/07/2002.

○ Projeto de Cogeração com Bagaço Colombo

O projeto foi aprovado com a ressalva:

- Apresentação da Licença de Operação para o turbo-gerador de 8 MW. Na documentação submetida consta apenas a Licença de Operação a Título Precário para 15 MW em cogeração elétrica e a Licença de Operação a Título Precário para mais 40 MW em cogeração elétrica.

➤ Projetos submetidos para análise na próxima reunião

O Secretário Executivo informou que além destes projetos, a Secretaria Executiva havia preparado também pareceres para dois projetos submetidos após a reunião anterior, por utilizarem a metodologia AM0015 e se tratarem de casos semelhantes a projetos anteriormente analisados. São eles:

- Projeto de Cogeração com Bagaço Alta Mogiana
- Projeto de Cogeração com Bagaço Cruz Alta
- Projeto de Cogeração com Bagaço Santa Elisa
- Projeto de Cogeração com Bagaço Nova América



Os pareceres não identificaram problemas. Desta forma, consultou os membros da Comissão Interministerial se haveria objeção à apresentação informal dos pareceres do MCT durante esta reunião e a convocação, no prazo de dez dias, de uma reunião extraordinária eletrônica com o objetivo de deliberar sobre a aprovação destes projetos.

A representante do MME solicitou que fossem encaminhados os pareceres preparados pelo MCT em meio eletrônico.

O Secretário Executivo destacou que outros quatro projetos haviam sido submetidos para análise da Comissão:

- Pequena Central Hidroelétrica Palestina
- Pequena Central Hidroelétrica Benjamim Baptista
- Projeto de Redução de Emissões de Metano Lages
- Pequena Central Hidroelétrica Salto Natal

Entretanto, por motivo particular, o proponente do projeto “Pequena Central Hidroelétrica Salto Natal” solicitou o cancelamento de sua submissão.

### **3. Outros assuntos.**

O representante do MRE questionou se os projetos aprovados com a metodologia AM0015 terão que ser revistos após sua substituição pela metodologia combinada. O Secretário Executivo esclareceu que a revisão não será necessária, uma vez que a nova metodologia só será exigida para os projetos submetidos após sua entrada em vigor.

O Secretário Executivo destacou que, como a maior parte dos informes gerais haviam sido feitos no início da reunião, restava apenas a definição do Critério de Baixa Renda. Informou que, a partir das discussões nas reuniões anteriores, a Secretaria Executiva havia consolidado um critério simples de definição de baixa renda que consistia em que a soma de todos os salários pagos pelo projeto a seus funcionários, dividida pelo número de pessoas na comunidade, teria que ser igual ou menor a meio salário mínimo. Destacou que estes dados deverão ser validados pelas entidades operacionais contratadas pelo projeto. Destacou que uma preocupação ao desenvolver este critério havia sido a de evitar a idéia de que o salário poderia ser inferior a meio salário mínimo, uma vez que isto implicaria em atividade ilegal, já que o menor salário legalmente admissível é o salário mínimo.

Informou, ainda, que o representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Guido Gelli teve de se ausentar, mas havia solicitado que fosse mencionado ser ele favorável à aprovação do critério. Sem nenhum comentário contra a adoção do critério de Comunidades de Baixa Renda, ele foi considerado aprovado.

O Secretário Executivo agradeceu a participação de todos os representantes dos Ministérios e declarou encerrada a reunião.